



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA N.º:

04/2025

DELIBERAÇÃO AM N.º:

36/2025/AM

Reunião realizada em:

28-07-2025

PROPOSTA:

DELIB. CM N.º 444/2025

ASSUNTO: REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SETÚBAL – PROJETO DE ALTERAÇÃO.

PROPOSTA ANEXA
 TEOR DA PROPOSTA:

VOTAÇÃO	CDU	PS	PSD	CH	BE	PAN	IL	TOTAIS	RESULTADO
A Favor	17	9	6	2		1	1	36	APROVADA <input checked="" type="checkbox"/>
Contra									REJEITADA <input type="checkbox"/>
Abstenção					1			1	- <input type="checkbox"/>

Deliberação aprovada em minuta, para efeitos do disposto dos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O PRESIDENTE DA MESA

O 1.º SECRETÁRIO

24.
AT1

HS-1



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO Nº : 15/2025

PROPOSTA

Nº : 92/2025/DCDJ/DIDES

Realizada em: 02/07/2025

DELIBERAÇÃO Nº : 444/2025

ASSUNTO : Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal – projeto de alteração

No período compreendido entre 20 de fevereiro e e 15 de abril de 2025, a Câmara Municipal de Setúbal submeteu a consulta pública o “Projeto de Alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal, nos termos da Deliberação n.º 106/2025 aprovada na Reunião de Câmara de 19/02/2025.

Trata-se de uma proposta que visa atualizar o Regulamento do Conselho, adaptando-o a novas realidades, criando a possibilidade de integrar novos membros provenientes do tecido social e associativo e reforçando as suas competências de intervenção.

No âmbito da consulta pública efetuada não foram recebidos contributos.

Atento ao acima exposto, e ao abrigo das disposições legais supracitadas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar o Projeto de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta;
2. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o projeto de alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal.

A presente proposta integra os seguintes anexos:

- DIDES. Anexo 1. Regulamento CMDS em Vigor. 2 julho 2025
- DIDES. Anexo 2. Projeto Alteração Regulamento CMDS. 2 julho 2025
- DIDES. Anexo 3. Quadro Alterações Regulamento CMDS. 2 julho 2025
- DIDES. Anexo 4. SEAGD Alteração Regulamento CMDS_2 julho 2025

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por : Votos Contra; Abstenções; 14 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Fla. 2
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SETÚBAL

Regulamento do Conselho Municipal de Desporto Nota justificativa

Considerando os princípios tutelados pela Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o artigo 79.º, que refere: “Todos têm o direito à cultura física e ao desporto”, cabe ao poder central e ao poder local a responsabilidade de implementação de políticas concretas que os consubstanciem.

Tendo em conta o estipulado na Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), em particular nos artigos 2.º, 5.º e 8.º, que reforçam os princípios da CRP;

Atendendo a que as autarquias, pela sua proximidade com a população, são os órgãos de poder que mais facilmente poderão desenvolver condições para uma efetiva participação dos cidadãos na definição de planos de intervenção.;

Considerando que o Município de Setúbal tem pela sua história, o seu envolvimento natural, o seu tecido associativo e patrimonial diversificado um lugar muito forte no campo do Desporto e que a política desportiva do município para os próximos anos registará um aumento de investimento, tendo em conta as expectativas previstas para o desenvolvimento económico e urbano;

Considerando que o desenvolvimento desportivo assume, no contexto atual, um papel fundamental na criação de hábitos de vida saudáveis e na conquista de uma melhor qualidade de vida.

Considerando que a Câmara Municipal de Setúbal reconhece a inestimável contribuição que os Clubes e Associações desportivas locais e regionais oferecem à vida associativa em geral, e em particular ao desenvolvimento do desporto, e na colocação ao dispor dos municípios de um vasto conjunto de equipamentos e serviços que são essenciais para

[Handwritten signature]



desenvolver, junto das populações, uma grande diversidade de atividades e de programas;

Considerando que a Câmara Municipal de Setúbal atribui uma grande importância ao trabalho que os vários intervenientes desportivos têm para o progresso e desenvolvimento integrado do Concelho, na área desportiva;

Tendo em conta que o Município pretende contribuir para tornar os munícipes fisicamente mais ativos por via da prática de desporto, e simultaneamente concorrer para reforçar o fomento da prática associativa através da concertação de iniciativas e da participação ativa dos representantes do movimento associativo desportivo do concelho;

Considerando que a autarquia entende como necessário a criação de um espaço de debate, de diálogo permanente e de análise e estudo sobre as orientações da política desportiva municipal;

Considerando que a criação de estruturas consultivas constitui um elemento importante do exercício da democracia participativa por parte do movimento associativo, eixo basilar da participação na vida pública consagrado no artigo 48.º da Constituição da República Portuguesa;

Tendo em conta que a criação do Conselho Municipal de Desporto, enquanto órgão consultivo, poderá promover o desenvolvimento de uma política local do desporto e constituir um instrumento que leve à procura de possíveis vias de entendimento ou de eixos que conduzam a uma desejada aproximação dos munícipes aos seus eleitos, concorrendo, desta forma, para o desenvolvimento sustentado e para a implementação de políticas desportivas que tenham em conta a vontade, os meios, a racionalidade de aplicação dos recursos e o empenho, quer dos agentes desportivos concelhios quer dos responsáveis municipais;

Fazendo uso da competência regulamentar das Autarquias Locais, consagrada no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e tendo em conta as atribuições das Autarquias Locais e as competências da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, definidas, respetivamente, no artigo 33.º n.º 1 al. ccc) e 25.º n.º 1 al. g) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal de Setúbal aprovou em _____, sob proposta da Câmara Municipal de Setúbal aprovada em _____, o seguinte Regulamento:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

Objeto



Fls.4



O presente Regulamento estabelece a natureza, composição, as competências e o funcionamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal, adiante designado abreviadamente por Conselho.

ARTIGO 2.º

Noção

O Conselho é uma estrutura consultiva do Município de Setúbal que funciona junto do Pelouro de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal.

ARTIGO 3.º

Competências

Compete ao Conselho:

1. Emitir pareceres sobre o desenvolvimento da política desportiva municipal;
2. Pronunciar-se sobre os projetos municipais relativos a matérias de desenvolvimento desportivo;
3. Emitir parecer quanto aos regulamentos e normas Municipais de âmbito desportivo;
4. Emitir parecer quanto à construção ou ampliação de infraestruturas desportivas necessárias ao desenvolvimento desportivo do concelho;
5. Analisar os problemas que afetam os clubes e associações desportivas, apresentando propostas, sugestões ou recomendações sobre assuntos relativos a esse âmbito;
6. Indicar medidas que promovam a participação dos clubes e associações desportivas na vida do Município;
7. Propor iniciativas, eventos desportivos, ou estudos a realizar no âmbito do plano de atividades da Câmara Municipal para esta área ou em áreas de enlace ou tratamento conjunto como a área educacional, social, cultural, turística e ambiental;
8. Emitir parecer sobre outros aspetos não enunciados que se integrem no espírito de colaboração e participação relacionados com a implementação da política desportiva municipal;
9. Propor a adoção de medidas que conduzam à observância de princípios da ética desportiva;
10. Sugerir medidas a adotar no âmbito da formação de agentes desportivos.





11. Outros assuntos de interesse para o movimento associativo desportivo.

ARTIGO 4.º
Composição



1. O Conselho é composto pelos seguintes elementos:
 - a) Presidente da Câmara Municipal ou Vereador responsável pelo Pelouro de Desporto, que presidirá;
 - b) O Diretor do Departamento da área do Desporto da Câmara Municipal de Setúbal;
 - c) O Chefe da Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal;
 - d) Um representante da Assembleia Municipal;
 - e) Presidente da Junta de Freguesia eleito entre os seus pares;
 - f) Representantes de clubes e associação desportivas de Setúbal, apurados segundo os critérios:
 - i – Um clube com modalidades coletivas;
 - ii – Um clube com modalidades individuais;
 - iii – Um clube com modalidades náuticas;
 - iv – Um clube com sede nas freguesias de S. Sebastião e União das Freguesias de Setúbal;
 - v – Um clube com sede na freguesia de Azeitão;
 - vi – Um clube com sede nas freguesias do Sado e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra;
 - vii – Clube com mais praticantes federados;
 - viii – Um clube com desporto adaptado;
 - ix – Um clube desportivo centenário;
 - x- Uma Associação de modalidade com sede no concelho.
 - g) Um representante da Coordenação Local do Desporto Escolar;
 - h) Um representante do curso de desporto do Instituto Politécnico de Setúbal;
 - i) Um representante da Federação das Colectividades do Distrito de Setúbal;
 - j) Um representante das IPSS com sede na área do município;
 - k) Um representante da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IPDJ;
 - l) Um representante dos Ginásios, Health-Clubs e Wellness Centers do concelho;
 - m) Um representante das forças de segurança, nomeadamente GNR, PSP e Polícia Marítima;
 - n) Um representante do Parque Natural da Arrábida e Estuário do Sado;
 - o) Um representante da Autoridade Portuária de Setúbal e Sesimbra (APSS);
2. Cada conselheiro só pode representar uma entidade das acima referidas.
3. Sempre que for entendido conveniente, podem ser convidadas a participar nas reuniões do Conselho, sem direito a voto, quaisquer personalidades cuja



presença seja considerada necessária para esclarecimento dos assuntos em apreciação.

ARTIGO 5.º

Direitos e deveres dos conselheiros

1. Os membros do Conselho Municipal do Desporto têm direito de:
 - a) Intervir nas reuniões do Conselho;
 - b) Participar nas votações de todas as matérias submetidas à apreciação;
 - c) Apresentar propostas a adotar pelo Conselho.
2. Os membros do Conselho Municipal do Desporto têm o dever de:
 - a) Participar assiduamente nas reuniões do Conselho ou fazer-se substituir, quando admissível;
 - b) Contribuir para a dignificação dos trabalhos do Conselho;
 - c) Fomentar a articulação entre as entidades que representam e o Conselho.

ARTIGO 6.º

Duração do mandato e substituição

1. Os membros do Conselho são designados pelo período correspondente ao mandato autárquico.
 - 1.1. O primeiro Conselho será designado desde a data da sua aprovação até ao final do presente mandato autárquico.
2. Os membros do Conselho tomam posse perante o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada.
3. O impedimento de qualquer representante que conduza à suspensão de funções ou vacatura do lugar, determina a sua substituição
4. Para efeito do número anterior, deverão ser designados, num prazo de 30 (trinta) dias, pelas entidades respetivas, novos representantes, mediante comunicação escrita dirigida ao presidente.
5. No caso dos representantes eleitos, será nomeado o candidato que tiver obtido o maior número de votos logo atrás do representante substituído.

ARTIGO 7.º

Perda de mandato



Perdem o mandato os membros do Conselho que faltarem injustificadamente a três reuniões. As respectivas entidades deixarão de ter assento no Conselho até final do mandato.

ARTIGO 8.º

Competências do Presidente do Conselho

1. O Conselho é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal, podendo a competência ser delegada no Vereador responsável pelo Pelouro de Desporto.
2. Compete ao presidente:
 - a) Convocar as reuniões nos termos do Regulamento;
 - b) Abrir e encerrar as sessões;
 - c) Dirigir os respetivos trabalhos, podendo suspendê-los ou encerrá-los antecipadamente, sempre que situações excecionais o justifiquem;
 - d) Assegurar o envio dos pareceres emitidos pelo Conselho para os serviços e entidades com competências executivas nas matérias a que os mesmos respeitem;
 - e) Proceder às substituições dos representantes nos termos do presente Regulamento;
 - f) Assegurar a elaboração das atas;
3. O presidente é substituído nas suas ausências ou impedimentos, por um conselheiro por si designado para o efeito.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

ARTIGO 9.º

Funcionamento

1. O Conselho funciona em Plenário.
2. O Conselho reúne semestralmente, em sessões ordinárias.
3. As reuniões ordinárias são convocadas pelo presidente, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, constando da respetiva convocatória a ordem de trabalhos proposta, o dia, hora e local em que a mesma se realiza.
4. O Conselho poderá reunir em sessões extraordinárias, que terão lugar mediante:





- a) A convocação por iniciativa direta do presidente, através de comunicação por escrito ou outro meio expedito, em função da urgência e necessidade de realização da mesma.
 - b) A convocação por um mínimo de dois terços dos seus membros, através de proposta por escrito a enviar para o presidente com uma antecedência mínima de quinze dias relativamente à data da reunião. O pedido deve conter a indicação do(s) assunto(s) que se desejam ver tratados.
5. O presidente deve incluir na ordem de trabalhos, para além das matérias a serem apreciadas pelo Conselho, outros assuntos que lhe sejam indicados pelos conselheiros, desde que se integrem nas respetivas competências e o pedido seja apresentado com uma antecedência de 20 (vinte) dias relativamente à data da reunião.
6. Em cada reunião ordinária haverá um período antes da ordem do dia que não poderá exceder 30 (trinta) minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem do dia.

ARTIGO 10.º

Quórum e votação

1. O Conselho funciona com a presença da maioria dos seus membros.
2. Decorridos 30 (trinta) minutos sobre a hora marcada, o Conselho pode funcionar com os membros presentes.
3. As deliberações são tomadas por maioria simples.

ARTIGO 11.º

Atas das reuniões

1. Das reuniões será lavrada ata, da qual constam obrigatoriamente o local e data da reunião, a identificação dos membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e o teor das declarações de voto, quando existam.
2. As atas são postas à apreciação e aprovação de todos os membros no final da reunião ou no início da seguinte;
3. As atas serão elaboradas sob a responsabilidade do presidente, pelo funcionário da Câmara Municipal designado para o efeito e devem ser rubricadas por todos os membros que participem na reunião.



4. Qualquer membro ausente da reunião em que se proceda à aprovação de uma ata na qual se omitam tomadas de posição suas pode, posteriormente, juntar declaração à respetiva ata.

ARTIGO 12.º

Constituição de Grupos de Trabalho

1. Em razão das matérias a analisar ou dos projetos específicos a desenvolver, o Conselho pode deliberar a constituição interna de grupos de trabalho.
2. De entre os membros do grupo de trabalho é nomeado um relator, podendo ser coadjuvado por outros elementos do grupo.
3. Os grupos de trabalho poderão, para efeito das matérias específicas a tratar, solicitar o apoio de entidades externas, nomeadamente as de cariz académico e/ou profissional.

ARTIGO 13.º

Regimento Interno de Funcionamento

1. O regimento interno de funcionamento do Conselho deverá ser discutido e aprovado na primeira sessão de cada mandato e aprovado por maioria simples.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 14.º

Casos Omissos

Os casos omissos do presente regulamento serão decididos em plenário do Conselho

ARTIGO 15.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação em edital da Assembleia Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SETÚBAL

Projeto de Alteração

Nota justificativa

Considerando os princípios tutelados pela Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o artigo 79.º, que refere: “Todos têm o direito à cultura física e ao desporto”, cabe ao poder central e ao poder local a responsabilidade de implementação de políticas concretas que os consubstanciem.

Tendo em conta o estipulado na Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), em particular nos artigos 2.º, 5.º e 8.º, que reforçam os princípios da CRP;

Atendendo a que as autarquias, pela sua proximidade com a população, são os órgãos de poder que mais facilmente poderão desenvolver condições para uma efetiva participação dos cidadãos na definição de planos de intervenção.;

Considerando que o Município de Setúbal tem pela sua história, o seu envolvimento natural, o seu tecido associativo e patrimonial diversificado um lugar muito forte no campo do Desporto e que a política desportiva do município para os próximos anos registará um aumento de investimento, tendo em conta as expectativas previstas para o desenvolvimento económico e urbano;

Considerando que o desenvolvimento desportivo assume, no contexto atual, um papel fundamental na criação de hábitos de vida saudáveis e na conquista de uma melhor qualidade de vida.

Considerando que a Câmara Municipal de Setúbal reconhece a inestimável contribuição que os Clubes e Associações desportivas locais e regionais oferecem à vida associativa em geral, e em particular ao desenvolvimento do desporto, e na colocação ao dispor dos munícipes de um vasto conjunto de equipamentos e serviços que são essenciais para desenvolver, junto das populações, uma grande diversidade de atividades e de programas;

Considerando que a Câmara Municipal de Setúbal atribui uma grande importância ao trabalho que os vários intervenientes desportivos têm para o progresso e desenvolvimento integrado do Concelho, na área desportiva;

Tendo em conta que o Município pretende contribuir para tornar os munícipes fisicamente mais ativos por via da prática de desporto, e simultaneamente concorrer para reforçar o fomento da prática associativa através da concertação de iniciativas e da participação ativa dos representantes do movimento associativo desportivo do concelho;

Considerando que a autarquia entende como necessário a criação de um espaço de debate, de diálogo permanente e de análise e estudo sobre as orientações da política desportiva municipal;

Considerando que a criação de estruturas consultivas constitui um elemento importante do exercício da democracia participativa por parte do movimento associativo, eixo basilar da participação na vida pública consagrado no artigo 48.º da Constituição da República Portuguesa;

Tendo em conta que a criação do Conselho Municipal de Desporto, enquanto órgão consultivo, poderá promover o desenvolvimento de uma política local do desporto e constituir um instrumento que leve à procura de possíveis vias de entendimento ou de eixos que conduzam a uma desejada aproximação dos munícipes aos seus eleitos, concorrendo, desta forma, para o desenvolvimento sustentado e para a implementação de políticas desportivas que tenham em conta a vontade, os meios, a racionalidade de aplicação dos recursos e o empenho, quer dos agentes desportivos concelhios quer dos responsáveis municipais;

Fazendo uso da competência regulamentar das Autarquias Locais, consagrada no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e tendo em conta as atribuições das Autarquias Locais e as competências da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, definidas, respetivamente, no artigo 33.º n.º 1 al. ccc) e 25.º n.º 1 al. g) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal de Setúbal aprovou em _____, sob proposta da Câmara Municipal de Setúbal aprovada em _____, o seguinte Regulamento:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

Objeto

O presente Regulamento estabelece a natureza, composição, as competências e o funcionamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal, adiante designado abreviadamente por Conselho.

ARTIGO 2.º

Noção

O Conselho é uma estrutura consultiva do Município de Setúbal que funciona junto do Pelouro de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal.

ARTIGO 3.º

Competências

Compete ao Conselho:

1. Emitir pareceres sobre o desenvolvimento da política desportiva municipal, **em todas as suas dimensões e vertentes;**
2. **Acompanhar o desenvolvimento das políticas de promoção da atividade física e do desporto;**
3. Pronunciar-se sobre os projetos municipais relativos a matérias de desenvolvimento desportivo;
4. Emitir parecer quanto aos regulamentos e normas Municipais de âmbito desportivo;
5. Emitir parecer quanto à construção ou ampliação de infraestruturas desportivas necessárias ao desenvolvimento desportivo do concelho;
6. Analisar os problemas que afetam os clubes e associações desportivas, apresentando propostas, sugestões ou recomendações sobre assuntos relativos a esse âmbito;
7. Indicar medidas que promovam a participação dos clubes e associações desportivas na vida do Município;
8. Propor iniciativas, eventos desportivos, ou estudos a realizar no âmbito do plano de atividades da Câmara Municipal para esta área ou em áreas de enlace ou tratamento conjunto como a área educacional, social, cultural, turística e ambiental;
9. Emitir parecer sobre outros aspetos não enunciados que se integrem no espírito de colaboração e participação relacionados com a implementação da política desportiva municipal;

10. Propor a adoção de medidas que conduzam à observância de princípios da ética desportiva, designadamente quanto ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, ao racismo e à xenofobia;
11. Sugerir medidas a adotar no âmbito da formação de agentes desportivos.
12. Acompanhar a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto de Setúbal, através da observação das suas dinâmicas de execução, da identificação de oportunidades e desafios e da monitorização da sua execução.
13. Outros assuntos de interesse para o movimento associativo desportivo.

ARTIGO 4.º

Composição

1. O Conselho tem a seguinte composição:
 - 1.1. O Presidente da Câmara Municipal ou Vereador responsável pelo Pelouro de Desporto, que presidirá;
 - 1.2. O Diretor do Departamento da área do Desporto da Câmara Municipal de Setúbal;
 - 1.3. O Chefe da Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal;
 - 1.4. Um representante da Assembleia Municipal, eleito pelas forças políticas com acento na Assembleia Municipal;
 - 1.5. Um Presidente da Junta de Freguesia eleito entre os seus pares;
 - 1.6. Representantes de clubes e associações desportivas do Concelho Setúbal, apurados segundo os seguintes critérios e eleitos entre os seus pares:
 - 1.6.1. Um clube representante dos clubes com modalidades desportivas coletivas;
 - 1.6.2. Um clube representante dos clubes com modalidades desportivas individuais;
 - 1.6.3. Um clube representante dos clubes com modalidades desportivas náuticas e desportos na natureza;
 - 1.6.4. Um clube representante dos clubes com sede nas freguesias de S. Sebastião e União das Freguesias de Setúbal;
 - 1.6.5. Um clube representante dos clubes com sede na freguesia de Azeitão;
 - 1.6.6. Um clube representante dos clubes com sede nas freguesias do Sado e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra;
 - 1.6.7. Clube com mais praticantes federados, à data de criação de um novo Conselho;
 - 1.6.8. Um clube representante dos clubes com modalidades desportivas adaptadas;
 - 1.6.9. Um clube desportivo representante dos clubes centenários do Concelho;

- 1.6.10. Uma Associação de modalidade **representante das Associações de modalidade com sede no Concelho de Setúbal.**
- 1.7. Um representante da Coordenação Local do Desporto Escolar;
- 1.8. Um representante do curso de Desporto do Instituto Politécnico de Setúbal;
- 1.9. Um representante da Federação das Colectividades do Distrito de Setúbal;
- 1.10. Um representante das IPSS com sede na área do município;
- 1.11. Um representante da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do **Instituto Português do Desporto e da Juventude;**
- 1.12. Um representante dos Ginásios, "Health-Clubs" e "Wellness Centers" do **Concelho de Setúbal;**
- 1.13. Um representante das forças de segurança, **seleccionado entre as forças de segurança Guarda Nacional República, Polícia de Segurança Pública e Polícia Marítima;**
- 1.14. Um representante do Parque Natural da Arrábida e Estuário do Sado;
- 1.15. Um representante da Autoridade Portuária de Setúbal e Sesimbra;
- 1.16. **Um representante da Associação das Colectividades do Concelho de Setúbal.**
- 1.17. **Um representante da Unidade Local de Saúde do Concelho de Setúbal.**
- 1.18. **Quatro elementos de reconhecido mérito no âmbito da atividade Desportiva, a designar pela Câmara Municipal de Setúbal.**
2. Cada Conselheiro só pode representar uma entidade das acima referidas.
3. Sempre que for entendido conveniente, podem ser convidadas a participar nas reuniões do Conselho, sem direito a voto, quaisquer personalidades, **ou entidades**, cuja presença seja considerada necessária para esclarecimento **ou apoio à análise** dos assuntos em apreciação.

ARTIGO 5.º

Direitos e deveres dos Conselheiros

1. Os membros do Conselho Municipal do Desporto têm direito de:
- Intervir nas reuniões do Conselho;
 - Participar nas votações de todas as matérias submetidas à apreciação;
 - Apresentar propostas a adotar pelo Conselho.
2. Os membros do Conselho Municipal do Desporto têm o dever de:
- Participar assiduamente nas reuniões do Conselho ou fazer-se substituir, quando admissível;
 - Contribuir para a dignificação dos trabalhos do Conselho;

- c) Fomentar a articulação entre as entidades que representam e o Conselho.

ARTIGO 6.º

Duração do mandato e substituição

1. Os membros do Conselho são designados pelo período correspondente ao mandato autárquico.
- ~~1.1. O primeiro Conselho será designado desde a data da sua aprovação até ao final do presente mandato autárquico.~~
2. Os membros do Conselho tomam posse perante o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada.
3. O impedimento de qualquer representante que conduza à suspensão de funções ou vacatura do lugar, determina a sua substituição.
4. Para efeito do número anterior, deverão ser designados, num prazo de 30 (trinta) dias, pelas entidades respetivas, novos representantes, mediante comunicação escrita dirigida ao presidente.
5. No caso dos representantes eleitos, será nomeado o candidato que tiver obtido o maior número de votos logo atrás do representante substituído.

ARTIGO 7.º

Perda de mandato

Perdem o mandato os membros do Conselho que faltem injustificadamente a três reuniões. As respetivas entidades deixarão de ter assento no Conselho até final do mandato.

ARTIGO 8.º

Competências do Presidente do Conselho

1. O Conselho é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal, podendo a competência ser delegada no Vereador responsável pelo Pelouro de Desporto.
2. Compete ao presidente:
 - a) Convocar as reuniões nos termos do Regulamento;
 - b) Abrir e encerrar as sessões;
 - c) Dirigir os respetivos trabalhos, podendo suspendê-los ou encerrá-los antecipadamente, sempre que situações excecionais o justifiquem;
 - d) Assegurar o envio dos pareceres emitidos pelo Conselho para os serviços e entidades com competências executivas nas matérias a que os mesmos respeitem;

- e) Proceder às substituições dos representantes nos termos do presente Regulamento;
 - f) Assegurar a elaboração das atas;
3. O presidente é substituído nas suas ausências ou impedimentos, por um conselheiro por si designado para o efeito.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

ARTIGO 9.º Funcionamento

1. O Conselho funciona em Plenário.
2. O Conselho reúne **quadrimestralmente**, em sessões ordinárias.
3. As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, constando da respetiva convocatória a ordem de trabalhos proposta, o dia, hora e local em que a mesma se realiza.
4. O Conselho poderá reunir em sessões extraordinárias, que terão lugar mediante:
 - a) A convocação por iniciativa direta do Presidente, através de comunicação por escrito ou outro meio expedito, em função da urgência e necessidade de realização da mesma.
 - b) A convocação por um mínimo de dois terços dos seus membros, através de proposta por escrito a enviar para o Presidente com uma antecedência mínima de quinze dias relativamente à data da reunião. O pedido deve conter a indicação do(s) assunto(s) que se desejam ver tratados.
5. O Presidente deve incluir na ordem de trabalhos, para além das matérias a serem apreciadas pelo Conselho, outros assuntos que lhe sejam indicados pelos Conselheiros, desde que se integrem nas respetivas competências, e o pedido seja apresentado com uma antecedência de 20 (vinte) dias relativamente à data da reunião.
6. Em cada reunião ordinária haverá um período antes da ordem do dia que não poderá exceder 30 (trinta) minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem do dia.

ARTIGO 10.º Quórum e votação

1. O Conselho funciona com a presença da maioria dos seus membros.

2. Decorridos 30 (trinta) minutos sobre a hora marcada, o Conselho pode funcionar com os membros presentes.
3. As deliberações são tomadas por maioria simples.

ARTIGO 11.º

Atas das reuniões

1. Das reuniões será lavrada ata, da qual constam obrigatoriamente o local e data da reunião, a identificação dos membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e o teor das declarações de voto, quando existam.
2. As atas são postas à apreciação e aprovação de todos os membros no final da reunião ou no início da seguinte;
3. As atas serão elaboradas sob a responsabilidade do presidente, pelo funcionário da Câmara Municipal designado para o efeito e devem ser rubricadas por todos os membros que participem na reunião.
4. Qualquer membro ausente da reunião em que se proceda à aprovação de uma ata na qual se omitam tomadas de posição suas pode, posteriormente, juntar declaração à respetiva ata.

ARTIGO 12.º

Constituição de Grupos de Trabalho

1. Em razão das matérias a analisar ou dos projetos específicos a desenvolver, o Conselho pode deliberar a constituição interna de grupos de trabalho.
2. De entre os membros do grupo de trabalho é nomeado um relator, podendo ser coadjuvado por outros elementos do grupo.
3. Os grupos de trabalho poderão, para efeito das matérias específicas a tratar, solicitar o apoio de entidades externas, nomeadamente as de cariz académico e/ou profissional.

ARTIGO 13.º

Regimento Interno de Funcionamento

1. O regimento interno de funcionamento do Conselho deverá ser discutido e aprovado na primeira sessão de cada mandato e aprovado por maioria simples.
2. **A todo o momento podem ser propostas alterações ao Regimento Interno do Conselho.**

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 14.º

Casos Omissos

Os casos omissos do presente regulamento serão decididos em plenário do Conselho.

ARTIGO 15.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação em edital da Assembleia Municipal.



QUADRO DE ALTERAÇÕES REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO DE SETÚBAL

ARTIGO	REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO EM VIGOR	PROJETO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO – nova redação - texto a bold e sublinhado
1.º	<p>Objeto</p> <p>O presente Regulamento estabelece a natureza, composição, as competências e o funcionamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal, adiante designado abreviadamente por Conselho</p>	Sem alterações
2.º	<p>Noção</p> <p>O Conselho é uma estrutura consultiva do Município de Setúbal que funciona junto do Pelouro de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal.</p>	Sem alterações
3.º	<p>Competências</p> <p>Compete ao Conselho:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Emitir pareceres sobre o desenvolvimento da política desportiva municipal; 2. Pronunciar-se sobre os projetos municipais relativos a matérias de desenvolvimento desportivo; 3. Emitir parecer quanto aos regulamentos e normas Municipais de âmbito desportivo; 4. Emitir parecer quanto à construção ou ampliação de infraestruturas desportivas necessárias ao desenvolvimento desportivo do concelho; 5. Analisar os problemas que afetam os clubes e associações desportivas, apresentando propostas, sugestões ou recomendações sobre assuntos relativos a esse âmbito; 6. Indicar medidas que promovam a participação dos clubes e associações desportivas na vida do Município; 7. Propor iniciativas, eventos desportivos, ou estudos a realizar no âmbito do plano de atividades da Câmara Municipal para esta área ou em áreas de enlace ou tratamento conjunto como a área educacional, social, cultural, turística e ambiental; 8. Emitir parecer sobre outros aspetos não enunciados que se integrem no espírito de colaboração e participação relacionados com a implementação da política desportiva municipal; 9. Propor a adoção de medidas que conduzam à observância de princípios da ética desportiva; 10. Sugerir medidas a adotar no âmbito da formação de agentes desportivos. 11. Outros assuntos de interesse para o movimento associativo desportivo. 	<p>Competências</p> <p>Compete ao Conselho:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Emitir pareceres sobre o desenvolvimento da política desportiva municipal, <u>em todas as suas dimensões e vertentes;</u> 2. <u>Acompanhar o desenvolvimento das políticas de promoção da atividade física e do desporto;</u> 3. Pronunciar-se sobre os projetos municipais relativos a matérias de desenvolvimento desportivo; 4. Emitir parecer quanto aos regulamentos e normas Municipais de âmbito desportivo; 5. Emitir parecer quanto à construção ou ampliação de infraestruturas desportivas necessárias ao desenvolvimento desportivo do concelho; 6. Analisar os problemas que afetam os clubes e associações desportivas, apresentando propostas, sugestões ou recomendações sobre assuntos relativos a esse âmbito; 7. Indicar medidas que promovam a participação dos clubes e associações desportivas na vida do Município; 8. Propor iniciativas, eventos desportivos, ou estudos a realizar no âmbito do plano de atividades da Câmara Municipal para esta área ou em áreas de enlace ou tratamento conjunto como a área educacional, social, cultural, turística e ambiental; 9. Emitir parecer sobre outros aspetos não enunciados que se integrem no espírito de colaboração e participação relacionados com a implementação da política desportiva municipal; 10. Propor a adoção de medidas que conduzam à observância de princípios da ética desportiva, <u>designadamente quanto ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, ao racismo e à xenofobia;</u>




QUADRO DE ALTERAÇÕES REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO DE SETÚBAL

		<p>11. Sugerir medidas a adotar no âmbito da formação de agentes desportivos.</p> <p>12. Acompanhar a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto de Setúbal, através da observação das suas dinâmicas de execução, da identificação de oportunidades e desafios e da monitorização da sua execução.</p> <p>13. Outros assuntos de interesse para o movimento associativo desportivo.</p>
<p>4.º</p>	<p>Composição</p> <p>1. O Conselho é composto pelos seguintes elementos:</p> <p>a) Presidente da Câmara Municipal ou Vereador responsável pelo Pelouro de Desporto, que presidirá;</p> <p>b) O Diretor do Departamento da área do Desporto da Câmara Municipal de Setúbal;</p> <p>c) O Chefe da Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal;</p> <p>d) Um representante da Assembleia Municipal;</p> <p>e) Presidente da Junta de Freguesia eleito entre os seus pares;</p> <p>f) Representantes de clubes e associação desportivas de Setúbal, apurados segundo os critérios:</p> <p>i – Um clube com modalidades coletivas;</p> <p>ii – Um clube com modalidades individuais;</p> <p>iii – Um clube com modalidades náuticas;</p> <p>iv – Um clube com sede nas freguesias de S. Sebastião e União das Freguesias de Setúbal;</p> <p>v – Um clube com sede na freguesia de Azeitão;</p> <p>vi – Um clube com sede nas freguesias do Sado e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra;</p> <p>vii – Clube com mais praticantes federados;</p> <p>viii – Um clube com desporto adaptado;</p> <p>ix – Um clube desportivo centenário;</p> <p>x- Uma Associação de modalidade com sede no concelho.</p> <p>g) Um representante da Coordenação Local do Desporto Escolar;</p> <p>h) Um representante do curso de desporto do Instituto Politécnico de Setúbal;</p> <p>i) Um representante da Federação das Colectividades do Distrito de Setúbal;</p> <p>j) Um representante das IPSS com sede na área do município;</p> <p>k) Um representante da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IPDJ;</p> <p>l) Um representante dos Ginásios, Health-Clubs e Wellness Centers do concelho;</p> <p>m) Um representante das forças de segurança, nomeadamente GNR, PSP e Polícia Marítima;</p> <p>n) Um representante do Parque Natural da Arrábida e Estuário do Sado;</p> <p>o) Um representante da Autoridade Portuária de Setúbal e Sesimbra (APSS);</p> <p>2. Cada conselho só pode representar uma entidade das acima referidas.</p> <p>3. Sempre que for entendido conveniente, podem ser convidadas a participar nas reuniões do Conselho, sem direito a voto, quaisquer</p>	<p>Composição</p> <p>O Conselho tem a seguinte composição:</p> <p>1.1. O Presidente da Câmara Municipal ou Vereador responsável pelo Pelouro de Desporto, que presidirá;</p> <p>1.2. O Diretor do Departamento da área do Desporto da Câmara Municipal de Setúbal;</p> <p>1.3. O Chefe da Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal;</p> <p>1.4. Um representante da Assembleia Municipal, eleito pelas forças políticas com assento na Assembleia Municipal;</p> <p>1.5. Um Presidente da Junta de Freguesia eleito entre os seus pares;</p> <p>1.6. Representantes de clubes e associações desportivas do Concelho de Setúbal, apurados segundo os seguintes critérios e eixitos entre os seus pares:</p> <p>1.6.1. Um clube representante dos clubes com modalidades desportivas coletivas;</p> <p>1.6.2. Um clube representante dos clubes com modalidades desportivas individuais;</p> <p>1.6.3. Um clube representante dos clubes com modalidades desportivas, náuticas e desportos na natureza;</p> <p>1.6.4. Um clube representante dos clubes com sede nas freguesias de S. Sebastião e União das Freguesias de Setúbal;</p> <p>1.6.5. Um clube representante dos clubes com sede na freguesia de Azeitão;</p> <p>1.6.6. Um clube representante dos clubes com sede nas freguesias do Sado e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra;</p> <p>1.6.7. Um clube com mais praticantes federados, à data de criação de um novo Conselho;</p> <p>1.6.8. Um clube representante dos clubes com modalidades desportivas adaptadas;</p> <p>1.6.9. Um clube desportivo representante dos clubes centenários do Concelho;</p> <p>1.6.10. Uma Associação de modalidade representante das Associações de modalidade com sede no Concelho de Setúbal.</p> <p>1.7. Um representante da Coordenação Local do Desporto Escolar;</p> <p>1.8. Um representante do curso de Desporto do Instituto Politécnico de Setúbal;</p> <p>1.9. Um representante da Federação das Colectividades do Distrito de Setúbal;</p> <p>1.10. Um representante das IPSS com sede na área do município;</p>

Fls. 20

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]

QUADRO DE ALTERAÇÕES

REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO DE SETÚBAL

	<p>personalidades cuja presença seja considerada necessária para esclarecimento dos assuntos em apreciação.</p>	<p>1.11. Um representante da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto Português do Desporto e da Juventude;</p> <p>1.12. Um representante dos Ginásios, "Health-Clubs" e "Wellness Centers" do Concelho de Setúbal;</p> <p>1.13. Um representante das forças de segurança, selecionado entre as forças de segurança Guarda Nacional Repùblica, Policia de Seguranga Pùblica e Policia Marítima;</p> <p>1.14. Um representante do Parque Natural da Arrábida e Estuário do Sado;</p> <p>1.15. Um representante da Autoridade Portuária de Setúbal e Sesimbra;</p> <p>1.16. <u>Um representante da Associação das Coletividades do Concelho de Setúbal</u>;</p> <p>1.17. <u>Um representante da Unidade Local de Saúde do Concelho de Setúbal</u>;</p> <p>1.18. <u>Quatro elementos de reconhecido mérito no âmbito da atividade Desportiva, a designar pela Câmara Municipal de Setúbal</u>;</p> <p>2. Cada Conselheiro só pode representar uma entidade das acima referidas.</p> <p>3. Sempre que for entendido conveniente, podem ser convidadas a participar nas reuniões do Conselho, sem direito a voto, quaisquer personalidades, <u>ou entidades</u>, cuja presença seja considerada necessária para esclarecimento <u>ou apoio à análise</u> dos assuntos em apreciação.</p>
<p>5.º</p>	<p>Direitos e deveres dos conselheiros</p> <p>1. Os membros do Conselho Municipal do Desporto têm direito de:</p> <p>a) Intervir nas reuniões do Conselho;</p> <p>b) Participar nas votações de todas as matérias submetidas à apreciação;</p> <p>c) Apresentar propostas a adotar pelo Conselho.</p> <p>2. Os membros do Conselho Municipal do Desporto têm o dever de:</p> <p>a) Participar assiduamente nas reuniões do Conselho ou fazer-se substituir, quando admissível;</p> <p>b) Contribuir para a dignificação dos trabalhos do Conselho;</p> <p>c) Fomentar a articulação entre as entidades que representam e o Conselho.</p>	<p style="text-align: center;">Sem alterações</p>
<p>6.º</p>	<p>Duração do mandato e substituição</p> <p>1. Os membros do Conselho são designados pelo período correspondente ao mandato autárquico.</p> <p>1.1. O primeiro Conselho será designado desde a data da sua aprovação até ao final do presente mandato autárquico.</p> <p>2. Os membros do Conselho tomam posse perante o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada.</p> <p>3. O impedimento de qualquer representante que conduza à suspensão de funções ou vacatura do lugar, determina a sua substituição</p> <p>4. Para efeito do número anterior, deverão ser designados, num prazo de 30 (trinta) dias, pelas entidades respetivas, novos representantes, mediante comunicação escrita dirigida ao presidente.</p> <p>5. No caso dos representantes eleitos, será nomeado o candidato que tiver obtido o maior número de votos logo atrás do representante substituído.</p>	<p>Duração do mandato e substituição</p> <p>1. Os membros do Conselho são designados pelo período correspondente ao mandato autárquico.</p> <p>1.1. O primeiro Conselho será designado desde a data da sua aprovação até ao final do presente mandato autárquico;</p> <p>2. Os membros do Conselho tomam posse perante o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada.</p> <p>3. O impedimento de qualquer representante que conduza à suspensão de funções ou vacatura do lugar, determina a sua substituição.</p> <p>4. Para efeito do número anterior, deverão ser designados, num prazo de 30 (trinta) dias, pelas entidades respetivas, novos representantes, mediante comunicação escrita dirigida ao presidente.</p> <p>5. No caso dos representantes eleitos, será nomeado o candidato que tiver obtido o maior número de votos logo atrás do representante substituído.</p>

QUADRO DE ALTERAÇÕES REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO DE SETÚBAL

7.º	<p>Perda de mandato</p> <p>Perdem o mandato os membros do Conselho que faltarem injustificadamente a três reuniões. As respetivas entidades deixarão de ter assento no Conselho até final do mandato.</p>	Sem alterações
8.º	<p>Competências do Presidente do Conselho</p> <p>1. O Conselho é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal, podendo a competência ser delegada no Vereador responsável pelo Pelouro de Desporto.</p> <p>2. Compete ao presidente:</p> <p>a) Convocar as reuniões nos termos do Regulamento;</p> <p>b) Abrir e encerrar as sessões;</p> <p>c) Dirigir os respetivos trabalhos, podendo suspendê-los ou encerrá-los antecipadamente, sempre que situações excecionais o justifiquem;</p> <p>d) Assegurar o envio dos pareceres emitidos pelo Conselho para os serviços e entidades com competências executivas nas matérias a que os mesmos respeitem;</p> <p>e) Proceder às substituições dos representantes nos termos do presente Regulamento;</p> <p>f) Assegurar a elaboração das atas;</p> <p>3. O presidente é substituído nas suas ausências ou impedimentos, por um conselheiro por si designado para o efeito.</p>	Sem alterações
9.º	<p>Funcionamento</p> <p>1. O Conselho funciona em Plenário.</p> <p>2. O Conselho reúne semestralmente, em sessões ordinárias.</p> <p>3. As reuniões ordinárias são convocadas pelo presidente, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, consoante da respetiva convocatória a ordem de trabalhos proposta, o dia, hora e local em que a mesma se realiza.</p> <p>4. O Conselho poderá reunir em sessões extraordinárias, que terão lugar mediante:</p> <p>a) A convocação por iniciativa direta do presidente, através de comunicação por escrito ou outro meio expedito, em função da urgência e necessidade de realização da mesma.</p> <p>b) A convocação por um mínimo de dois terços dos seus membros, através de proposta por escrito a enviar para o presidente com uma antecedência mínima de quinze dias relativamente à data da reunião. O pedido deve conter a indicação do(s) assunto(s) que se desejam ver tratados.</p> <p>5. O presidente deve incluir na ordem de trabalhos, para além das matérias a serem apreciadas pelo Conselho, outros assuntos que lhe sejam indicados pelos Conselheiros, desde que se integrem nas respetivas competências e o pedido seja apresentado com uma antecedência de 20 (vinte) dias relativamente à data da reunião.</p> <p>6. Em cada reunião ordinária haverá um período antes da ordem do dia que não poderá exceder 30 (trinta) minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem do dia.</p>	<p>Funcionamento</p> <p>1. O Conselho funciona em Plenário.</p> <p>2. O Conselho reúne quadrimestralmente, em sessões ordinárias.</p> <p>3. As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, consoante da respetiva convocatória a ordem de trabalhos proposta, o dia, hora e local em que a mesma se realiza.</p> <p>4. O Conselho poderá reunir em sessões extraordinárias, que terão lugar mediante:</p> <p>a) A convocação por iniciativa direta do Presidente, através de comunicação por escrito ou outro meio expedito, em função da urgência e necessidade de realização da mesma.</p> <p>b) A convocação por um mínimo de dois terços dos seus membros, através de proposta por escrito a enviar para o Presidente com uma antecedência mínima de quinze dias relativamente à data da reunião. O pedido deve conter a indicação do(s) assunto(s) que se desejam ver tratados.</p> <p>5. O Presidente deve incluir na ordem de trabalhos, para além das matérias a serem apreciadas pelo Conselho, outros assuntos que lhe sejam indicados pelos Conselheiros, desde que se integrem nas respetivas competências, e o pedido seja apresentado com uma antecedência de 20 (vinte) dias relativamente à data da reunião.</p> <p>6. Em cada reunião ordinária haverá um período antes da ordem do dia que não poderá exceder 30 (trinta) minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem do dia.</p>

4




QUADRO DE ALTERAÇÕES REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO DE SETÚBAL

10º	<p>Quórum e votação</p> <ol style="list-style-type: none"> O Conselho funciona com a presença da maioria dos seus membros. Decorridos 30 (trinta) minutos sobre a hora marcada, o Conselho pode funcionar com os membros presentes. As deliberações são tomadas por maioria simples. 	Sem alterações
11º	<p>Atas das reuniões</p> <ol style="list-style-type: none"> Das reuniões será lavrada ata, da qual constam obrigatoriamente o local e data da reunião, a identificação dos membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e o teor das declarações de voto, quando existam. As atas são postas à apreciação e aprovação de todos os membros no final da reunião ou no início da seguinte; As atas serão elaboradas sob a responsabilidade do presidente, pelo funcionário da Câmara Municipal designado para o efeito e devem ser rubricadas por todos os membros que participem na reunião. Qualquer membro ausente da reunião em que se proceda à aprovação de uma ata na qual se omitam tomadas de posição suas pode, posteriormente, juntar declaração à respetiva ata. 	Sem alterações
12º	<p>Constituição de Grupos de Trabalho</p> <ol style="list-style-type: none"> Em razão das matérias a analisar ou dos projetos específicos a desenvolver, o Conselho pode deliberar a constituição interna de grupos de trabalho. De entre os membros do grupo de trabalho é nomeado um relator, podendo ser coadjuvado por outros elementos do grupo. Os grupos de trabalho poderão, para efeito das matérias específicas a tratar, solicitar o apoio de entidades externas, nomeadamente as de cariz académico e/ou profissional. 	Sem alterações
13º	<p>Regimento Interno de Funcionamento</p> <ol style="list-style-type: none"> O regimento interno de funcionamento do Conselho deverá ser discutido e aprovado na primeira sessão de cada mandato e aprovado por maioria simples. 	<p>Regimento Interno de Funcionamento</p> <ol style="list-style-type: none"> O regimento interno de funcionamento do Conselho deverá ser discutido e aprovado na primeira sessão de cada mandato e aprovado por maioria simples. <u>A todo o momento podem ser propostas alterações ao Regimento Interno do Conselho.</u>
14º	<p>Casos Omissos</p> <p>Os casos omissos do presente regulamento serão decididos em plenário do Conselho</p>	Sem alterações
15º	<p>Entrada em vigor</p> <p>O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação em edital da Assembleia Municipal.</p>	Sem alterações


 5



De: [SEAGD - Secção de Atendimento e Gestão Documental](#)
Para: [DCDJ - Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juv](#)
Cc: [DIAG - Divisão de Administração Geral](#); [DIDES - Divisão de Desporto](#)
Assunto: Regulamento do Conselho Municipal do Desporto de Setúbal - Projeto de Alteração
Data: 25 de junho de 2025 12:25:55
Anexos: [image001.png](#)

Bom dia.

Para efeitos de registo e prosseguimento do processo, informo que não foram rececionadas na SEAGD quaisquer reclamações/sugestões até ao término da consulta pública (15/04/2025).
Atenciosamente.



Nídia Guerreiro | Coordenadora Técnica
Divisão de Administração Geral | Câmara Municipal de Setúbal
nidia.guerreiro@mun-setubal.pt | +351 265 541 500 +351 265 541 620^{SEP}
<http://www.mun-setubal.pt> | <https://www.facebook.com/municipiodesetubal>

Proteção de Dados e Segurança da Informação

Esta mensagem de correio eletrónico é confidencial, destina-se ao uso exclusivo do/a seu/sua destinatário/a no âmbito do relacionamento com os/as utentes dos serviços do Município de Setúbal, e contém informação sujeita a sigilo profissional. Em caso de receção por erro agradecemos que nos comunique esse facto, devendo proceder ao seu apagamento imediato. A recolha e tratamento de dados pessoais estão sujeitos à nossa Política de Privacidade e Proteção de Dados que se encontra disponível em www.mun-setubal.pt, estando em conformidade com as normas jurídicas aplicáveis.

Para qualquer reclamação, exercício de direitos ou comunicação de incidente de violação da dados e de segurança de informação, é favor contactar com o Encarregado de Proteção de Dados através do email epd@mun-setubal ou ligar para +351 265 541 500.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

CERTIDÃO

ANTÓNIO MANUEL PALHAS DE JESUS PEREIRA, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Setúbal: -----

----- CERTIFICA, para os devidos, nos termos do artigo oitenta e três, número três, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro barra dois mil e quinze, de sete de janeiro, que a presente certidão, constituída por vinte e quatro folhas, está conforme a Deliberação n.º 444/2025 – Proposta n.º 92/2025 – DCDJ/DIDES – Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal – projeto de alteração, aprovada na reunião ordinária de Câmara Municipal realizada no dia 2 de julho de 2025.-----

----- Esta Certidão vai por mim assinada eletronicamente com certificado digital, confirmando a informação respeitante ao assunto em apreço. -----

Paços do Concelho de Setúbal, aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco. -----

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças

António Manuel Palhas de Jesus Pereira

AS/PH

“Não são devidos emolumentos
por se destinar a fins oficiais”

idf

Esta declaração está assinada com certificado digital que lhe confere validade legal (Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 62/2003, de 30 de abril), [que integra a data do documento], na primeira página ao centro, foi efetuada com o uso do cartão de cidadão n.º 07023028 5 ZY8, em nome de Paulo Jorge Simões Hortênsio, válido até 05/01/2028, emitido por Entidade Certificadora.